

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	48
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.564.003
Preferenciais	23.532.768
Total	53.096.771
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Ordinária		0,00108
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2017	Dividendo	20/04/2017	Preferencial		0,00119

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	3.771.498	3.656.198
1.01	Ativo Circulante	1.581.037	1.466.096
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	784.764	783.818
1.01.03	Contas a Receber	653.720	541.572
1.01.03.01	Clientes	653.720	541.572
1.01.04	Estoques	2.000	2.104
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.252	36.247
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.252	36.247
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	100.301	102.355
1.01.08.03	Outros	100.301	102.355
1.01.08.03.01	Outros Créditos	93.466	102.355
1.01.08.03.02	Derivativos	6.835	0
1.02	Ativo Não Circulante	2.190.461	2.190.102
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.296.953	1.292.424
1.02.01.03	Contas a Receber	15.545	13.504
1.02.01.03.01	Clientes	15.545	13.504
1.02.01.06	Tributos Diferidos	53.622	52.320
1.02.01.06.02	Créditos Fiscais Diferidos	53.622	52.320
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.227.786	1.226.600
1.02.01.09.03	Derivativos	109.800	130.940
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	204.161	209.178
1.02.01.09.05	Tributos a compensar	19.293	19.179
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	886.669	860.979
1.02.01.09.10	Outros Créditos	7.863	6.324
1.02.04	Intangível	893.508	897.678
1.02.04.01	Intangíveis	893.508	897.678

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	3.771.498	3.656.198
2.01	Passivo Circulante	1.427.588	1.314.975
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.721	15.857
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.721	15.857
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	16.721	15.857
2.01.02	Fornecedores	409.064	466.360
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	409.064	466.360
2.01.03	Obrigações Fiscais	130.216	114.314
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	30.165	23.232
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	723	0
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social PIS	4.552	3.381
2.01.03.01.03	Contrib p/Financ da Seguridade Social	20.965	15.574
2.01.03.01.04	Outras Obrigações Federais	3.925	4.277
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	99.748	90.642
2.01.03.02.01	ICMS	99.748	90.642
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	303	440
2.01.03.03.01	Outras Obrigações Municipais	303	440
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	376.344	202.432
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	311.139	148.211
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	70.800	90.054
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	240.339	58.157
2.01.04.02	Debêntures	65.205	54.221
2.01.04.02.01	Debêntures	58.642	32.920
2.01.04.02.02	Encargos de Debêntures	6.563	21.301
2.01.05	Outras Obrigações	495.243	516.012
2.01.05.02	Outros	495.243	516.012
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	72.080	72.080
2.01.05.02.04	Derivativos	4.623	4.257
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Setorial	226.722	260.642
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	113.624	103.747
2.01.05.02.08	Taxas Regulamentares	68.551	68.849
2.01.05.02.09	Entidade de Previdência Privada	9.643	6.437
2.02	Passivo Não Circulante	1.956.792	1.985.468
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.424.598	1.484.412
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	901.228	1.172.987
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	183.292	247.300
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	717.936	925.687
2.02.01.02	Debêntures	523.370	311.425
2.02.01.02.01	Debêntures	523.370	311.425
2.02.02	Outras Obrigações	299.385	267.187
2.02.02.02	Outros	299.385	267.187
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência Privada	129.905	133.653
2.02.02.02.05	Derivativos	22.578	16.257
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro Setorial	122.736	93.787
2.02.02.02.08	Outras Contas a Pagar	24.166	23.490
2.02.04	Provisões	232.809	233.869

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	232.809	233.869
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	166.776	162.198
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	32.000	27.968
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	27.668	37.458
2.02.04.01.05	Outros	6.365	6.245
2.03	Patrimônio Líquido	387.118	355.755
2.03.01	Capital Social Realizado	235.556	235.556
2.03.02	Reservas de Capital	60.493	60.493
2.03.04	Reservas de Lucros	179.019	173.645
2.03.04.02	Reserva Estatutária	179.019	173.645
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	25.989	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-113.939	-113.939

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	849.889	803.292
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-685.764	-604.137
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-576.675	-521.982
3.02.02	Custo de Operação	-61.730	-52.457
3.02.03	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-47.359	-29.698
3.03	Resultado Bruto	164.125	199.155
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-81.076	-68.804
3.04.01	Despesas com Vendas	-33.770	-32.262
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.846	-34.504
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.460	-2.038
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	83.049	130.351
3.06	Resultado Financeiro	-32.505	-20.176
3.06.01	Receitas Financeiras	33.022	42.329
3.06.02	Despesas Financeiras	-65.527	-62.505
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	50.544	110.175
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-19.181	-41.792
3.08.01	Corrente	-20.484	-52.280
3.08.02	Diferido	1.303	10.488
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	31.363	68.383
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	31.363	68.383
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00057	0,00123
3.99.01.02	PN	0,00062	0,00136

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	31.363	68.383
4.03	Resultado Abrangente do Período	31.363	68.383

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-104.566	6.112
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	163.070	187.225
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes dos Tributos	50.544	110.175
6.01.01.02	Amortização	23.895	22.872
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	17.396	15.033
6.01.01.04	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	52.456	21.362
6.01.01.05	Despesa/(Receita) com Plano de Pensão	4.311	664
6.01.01.06	Perda (ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	1.470	2.041
6.01.01.07	PIS e COFINS Diferidos	0	968
6.01.01.08	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.998	14.110
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-267.636	-181.113
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-126.976	-145.122
6.01.02.02	Tributos a Compensar	-4.120	-427
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	8.341	27
6.01.02.05	Ativo Financeiro Setorial	0	326.385
6.01.02.07	Contas a Receber - Eletrobrás	9.062	-1.739
6.01.02.09	Outros Ativos Operacionais	-18.497	1.655
6.01.02.10	Fornecedores	-57.296	-248.976
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	-298	-85.503
6.01.02.12	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-23.054	-6.035
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-19.760	-7.927
6.01.02.15	Passivo Financeiro Setorial	-11.283	41.009
6.01.02.16	Encargo de Dívidas e Debêntures Pagos	-62.230	-40.612
6.01.02.17	Outros Tributos e Contribuições Sociais	15.179	-16.325
6.01.02.18	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-4.853	-3.539
6.01.02.19	Outros Passivos Operacionais	28.149	6.016
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.337	-32.630
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados	80	0
6.02.03	Adições de Intangível	-38.417	-33.383
6.02.04	Venda de ativo não circulante	0	753
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	143.849	-40.175
6.03.01	Captação de Empréstimos e Debêntures	303.509	7.586
6.03.02	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-128.287	-12.101
6.03.06	Liquidação de Operações com Derivativos	-31.373	-35.660
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	946	-66.693
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	783.818	576.416
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	784.764	509.723

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	235.556	60.493	173.644	0	-113.938	355.755
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	235.556	60.493	173.644	0	-113.938	355.755
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	31.363	0	31.363
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	31.363	0	31.363
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.374	-5.374	0	0
5.06.08	Movimentação De Reserva Estatutária no Exercício	0	0	5.374	-5.374	0	0
5.07	Saldos Finais	235.556	60.493	179.018	25.989	-113.938	387.118

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	178.574	111.255	252.154	0	-4.313	537.670
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	178.574	111.255	252.154	0	-4.313	537.670
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.383	0	68.383
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.383	0	68.383
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	12.944	-12.944	0	0
5.06.08	Movimentação de reserva estatutaria no periodo	0	0	12.944	-12.944	0	0
5.07	Saldos Finais	178.574	111.255	265.098	55.439	-4.313	606.053

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	1.402.589	1.573.443
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.368.295	1.557.977
7.01.02	Outras Receitas	47.292	29.576
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	47.292	29.576
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-12.998	-14.110
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-762.115	-663.303
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-651.218	-583.002
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-77.292	-56.623
7.02.04	Outros	-33.605	-23.678
7.03	Valor Adicionado Bruto	640.474	910.140
7.04	Retenções	-23.894	-22.907
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.894	-22.907
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	616.580	887.233
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	34.813	45.867
7.06.02	Receitas Financeiras	34.813	45.867
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	651.393	933.100
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	651.393	933.100
7.08.01	Pessoal	40.632	33.070
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.650	20.487
7.08.01.02	Benefícios	16.042	10.656
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.940	1.927
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	512.154	768.385
7.08.02.01	Federais	282.394	440.574
7.08.02.02	Estaduais	229.186	327.268
7.08.02.03	Municipais	574	543
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	67.244	63.262
7.08.03.01	Juros	66.138	62.242
7.08.03.02	Aluguéis	1.106	1.020
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	31.363	68.383
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	31.363	68.383

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – CPFL Piratininga

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º Trimestre		
	2017	2016 (Reapresentado*)	Variação
Receita operacional bruta	1.415.587	1.587.552	-10,8%
Fornecimento de energia elétrica (**)	1.089.748	1.584.943	-31,2%
Suprimento de energia elétrica	97.289	40.007	143,2%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	47.292	29.576	59,9%
Outras receitas operacionais	160.346	171.772	-6,7%
Ativo e passivo financeiro setorial	20.911	(238.747)	-108,8%
Deduções da receita operacional	(565.697)	(784.260)	-27,9%
Receita operacional líquida	849.889	803.292	5,8%
Custo com energia elétrica	(576.675)	(521.982)	10,5%
Energia comprada para revenda	(536.485)	(443.470)	21,0%
Encargo de uso do sist transm distrib	(40.190)	(78.511)	-48,8%
Custo e despesa operacional	(190.165)	(150.960)	26,0%
Pessoal	(40.526)	(34.906)	16,1%
Entidade de previdência privada	(4.311)	(664)	549,0%
Material	(4.546)	(3.812)	19,3%
Serviço de terceiros	(29.783)	(27.237)	9,3%
Depreciação/amortização	(23.857)	(22.872)	4,3%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(47.292)	(29.576)	59,9%
Outros	(39.851)	(31.893)	25,0%
Resultado do serviço	83.049	130.350	-36,3%
Resultado financeiro	(32.505)	(20.176)	61,1%
Receitas financeiras	33.022	42.329	-22,0%
Despesas financeiras	(65.527)	(62.505)	4,8%
Resultado antes dos tributos	50.544	110.175	-54,1%
Contribuição social	(5.108)	(10.576)	-51,7%
Imposto de renda	(14.073)	(31.216)	-54,9%
Resultado Líquido do Período	31.363	68.383	-54,1%
EBITDA	106.906	153.223	-30,2%

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

(**) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho não foi realizada a reclassificação de receita pela disponibilidade da Rede Elétrica ao consumidor cativo - TUSD (nota 23)

A Receita operacional bruta no 1º trimestre de 2017 foi de R\$ 1.415.587, apresentando redução de 10,8% (R\$ 171.965) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado, devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 1.368.295, apresentando uma redução de 12,2% (R\$ 189.681) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. **Fornecimento de Energia Elétrica:** redução de 31,2% (R\$ 495.195) principalmente pela redução de (i) 24,0% na tarifa média, decorrente principalmente da (a) Revisão Tarifária Anual -24,21% a partir de outubro de 2016 e (b) aplicação da bandeira tarifária verde e amarela no 1º trimestre de 2017 e bandeira vermelha e amarela no mesmo período do ano anterior que reduziu a tarifa média em 3,6% e (ii) 10,1% no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada);
- ii. **Suprimento de energia elétrica:** aumento de 143,2% (R\$ 57.282) basicamente pelo volume de energia comercializada no curto prazo, bem como pelas recontabilizações de operações realizadas na CCEE de períodos anteriores;

Comentário do Desempenho

- iii. **Outras receitas operacionais:** redução de 6,7% (R\$ 11.426) basicamente: (i) receita pela disponibilidade da rede elétrica – TUSD: (R\$ 20.154), (ii) atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 11.923), compensado parcialmente pelos aumentos (iii) em função do reconhecimento do ativo a receber da Eletrobrás (R\$ 18.015) em função de liminares (nota 23.3), (iv) subvenção baixa renda e descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (R\$ 1.805) e (v) arrendamentos e aluguéis (R\$ 1.099);
- iv. **Ativo e passivo financeiro setorial:** receita R\$ 20.911 neste trimestre e despesa de R\$ 238.747 no mesmo período do ano anterior, totalizando uma variação de 108,8% (R\$ 259.658), basicamente: (i) amortização dos ativos e passivos homologados e (ii) diferimento do custo de energia, Encargos de Serviço do Sistema (“ESS”) e CDE.

➤ Quantidade de energia vendida

No 1º trimestre de 2017, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras concessionárias e permissionárias, foi menor em 9,1% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial, que representa 49,4% do mercado total fornecido pela distribuidora, registrou crescimento de 0,8% no 1º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado deve-se ao efeito de temperatura mais intensa no ano de 2017 e do crescimento vegetativo, apesar da queda da massa de renda e do efeito de calendário.

A classe comercial, que representa 23,8% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou redução de 10,8% no 1º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado reflete a queda dos indicadores de massa de renda e vendas do comércio, bem como pelo efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

A classe industrial, que representa 15,1% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de 30,4% no 1º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho é consequência direta do fraco resultado da atividade industrial em conjunto com o efeito de movimentação de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público, concessionárias e permissionárias) participam com 11,7% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram redução de 7,2% no 1º trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior decorrente, principalmente, da movimentação de clientes da classe Serviço Público para o mercado livre.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve uma redução de 2,8% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe é um crescimento nas classes residencial da ordem de 0,8%, comercial em 1,1% e demais em 1,2%. Na classe industrial houve queda de 7,3%.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2017 foram de R\$ 565.697, apresentando uma redução de 27,9% (R\$ 218.563) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente: (i) ICMS (R\$ 98.104), (ii) bandeiras tarifárias (R\$ 73.300), (iii) CDE (R\$ 37.262), (iii) PIS e COFINS (R\$ 17.567) compensado parcialmente pelo aumento no (iv) PROINFA (R\$ 7.213).

Custo com energia elétrica

No 1º trimestre de 2017 o custo com energia elétrica foi de R\$ 576.675, apresentando um aumento de 10,5% (R\$ 54.693), em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação deve-se basicamente:

- i. **Energia comprada para revenda:** aumento de 21,0% (R\$ 93.015) em função do aumento de (i) 11,5% no preço médio justificado por: aumento na modalidade de compra indexada pelo preço de liquidação de diferenças (“PLD”) compensado pela redução no preço médio das compras de Itaipu em função do dólar, (ii) 8,9% no volume

Comentário do Desempenho

de energia comprada compensado parcialmente por (iii) crédito PIS e COFINS (R\$ 9.481) e (iv) ressarcimento geradoras (R\$ 2.023).

- ii. **Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição:** redução de 48,8% (R\$ 38.321) impactado principalmente por: (i) encargos de serviço do sistema (ESS) (R\$ 37.260), (ii) encargos de energia de reserva (EER) (R\$ 6.689) compensado parcialmente por (iii) crédito de PIS e COFINS (R\$ 3.906) e (iv) aumento nos encargos de rede básica (R\$ 1.046).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 190.165 no 1º trimestre de 2017, apresentando um aumento de 26,0% (R\$ 39.205) quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 142.873, apresentando aumento de 17,7% (R\$ 21.489).

Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

➤ Despesas operacionais gerenciáveis

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 119.017 neste trimestre, um aumento de 20,8% (R\$ 20.505) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente aos seguintes fatores:

- i. **Pessoal:** aumento de 16,1% (R\$ 5.620) principalmente efeitos do acordo coletivo de trabalho e aumento no número de colaboradores;
- ii. **Entidade de previdência privada:** aumento de 549,0% (R\$ 3.647) principalmente pelo ajuste do laudo;
- iii. **Serviços de terceiros:** aumento de 9,3% (R\$ 2.546), principalmente em: (i) serviços terceirizados (R\$ 1.189), (ii) leitura de medidores e uso (R\$ 587) e (iii) reaviso, corte e religação (R\$ 514);
- iv. **Outros:** aumento de 25,0% (R\$ 7.958) principalmente (i) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 7.830), (ii) recuperação de despesas (R\$ 730) compensado parcialmente por redução de (iii) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 1.112).

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 32.505, um aumento de 61,1% (R\$ 12.329) em relação ao mesmo período do ano anterior.

- **Receitas financeiras:** redução de 22,0% (R\$ 9.307) devido principalmente: (i) atualização dos ativos financeiros setoriais (R\$ 11.067), (ii) acréscimos e multas moratórias (R\$ 3.430), (iii) atualização dos parcelamentos de débitos (R\$ 2.867) compensado parcialmente por aumento em (v) rendimento de aplicações financeiras (R\$ 8.170), e;
- **Despesas financeiras:** aumento de 4,8% (R\$ 3.022), devido principalmente: (i) atualização dos passivos financeiros setoriais (R\$ 6.312), compensado parcialmente por reduções (ii) referente reembolso pela postergação de faturas (R\$ 2.246) e (iii) variação cambial de Itaipu (R\$ 1.038).

Contribuição social e imposto de renda

A tributação sobre o lucro relativo a contribuição social e imposto de renda apurada neste trimestre foi de R\$ 19.181, apresentando uma redução de 54,1% (R\$ 22.611) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Comentário do Desempenho

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou neste trimestre um lucro líquido de R\$ 31.363, com redução de 54,1% (R\$ 37.020), em relação ao lucro apurado no mesmo período do ano anterior.

O EBITDA (Resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) neste trimestre foi de R\$ 106.906, apresentando uma redução de 30,2% (R\$ 46.317) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	784.764	783.818
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	653.720	541.572
Tributos a compensar	7	40.252	36.247
Derivativos	29	6.835	-
Estoques		2.000	2.104
Outros créditos	11	93.465	102.355
Total do circulante		1.581.036	1.466.096
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	15.545	13.504
Depósitos judiciais	19	204.161	209.178
Tributos a compensar	7	19.293	19.179
Derivativos	29	109.800	130.940
Créditos fiscais diferidos	9	53.622	52.320
Ativo financeiro da concessão	10	886.669	860.979
Outros créditos	11	7.862	6.324
Intangível	12	893.508	897.678
Total do não circulante		2.190.461	2.190.102
Total do ativo		3.771.498	3.656.198

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	13	409.064	466.360
Encargos de dívidas	14	4.055	11.004
Encargos de debêntures	15	6.563	21.301
Empréstimos e financiamentos	14	307.084	137.207
Debêntures	15	58.642	32.920
Entidade de previdência privada	16	9.643	6.437
Taxas regulamentares	17	68.551	68.849
Impostos, taxas e contribuições	18	130.216	114.314
Dividendo e juros sobre capital próprio		72.080	72.080
Obrigações estimadas com pessoal		16.721	15.857
Derivativos	29	4.623	4.257
Passivo financeiro setorial	8	226.722	260.642
Outras contas a pagar	20	113.622	103.745
Total do circulante		1.427.588	1.314.974
Não circulante			
Encargos de dívidas	14	-	17.213
Empréstimos e financiamentos	14	901.228	1.155.774
Debêntures	15	523.370	311.425
Entidade de previdência privada	16	129.905	133.653
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	232.809	233.869
Derivativos	29	22.578	16.257
Passivo financeiro setorial	8	122.736	93.787
Outras contas a pagar	20	24.165	23.490
Total do não circulante		1.956.792	1.985.468
Patrimônio líquido			
Capital social	21	235.556	235.556
Reservas de capital		60.493	60.493
Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão		179.019	173.644
Resultado abrangente acumulado		(113.939)	(113.939)
Lucros acumulados		25.989	-
Total do patrimônio líquido		387.118	355.755
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.771.498	3.656.198

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>1º Trimestre 2017</u>	<u>1º Trimestre 2016 (Reapresentado*)</u>
Receita operacional líquida	23	849.889	803.292
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24	(576.675)	(521.982)
Custo de operação	25	(61.730)	(52.457)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(47.359)	(29.699)
Lucro operacional bruto		164.125	199.155
Despesas operacionais	25		
Despesas com vendas		(33.770)	(32.262)
Despesas gerais e administrativas		(45.846)	(34.504)
Outras despesas operacionais		(1.460)	(2.039)
Resultado do serviço		83.049	130.350
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		33.022	42.329
Despesas financeiras		(65.527)	(62.505)
		(32.505)	(20.176)
Lucro antes dos tributos		50.544	110.175
Contribuição social	9	(5.108)	(10.576)
Imposto de renda	9	(14.073)	(31.216)
		(19.181)	(41.792)
Lucro líquido do período		31.363	68.383
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	22	0,57	1,23
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	22	0,62	1,36

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	<u>1º Trimestre 2017</u>	<u>1º Trimestre 2016</u>
Lucro líquido do período	31.363	68.383
Resultado abrangente do período	31.363	68.383

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Resultado abrangente acumulado		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	235.556	60.493	173.644	(113.939)	-	355.755
Resultado abrangente total						
Lucro líquido do período	-	-	-	-	31.363	31.363
Mutações internas do patrimônio líquido						
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	5.374	-	(5.374)	-
Saldos em 31 de março de 2017	235.556	60.493	179.019	(113.939)	25.989	387.118

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Dividendo		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	178.574	111.255	6.220	177.610	68.324	(4.314)	537.670
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	68.383	68.383
Mutações internas do patrimônio líquido							
Movimentação de reserva estatutária no período	-	-	-	12.944	-	(12.944)	-
Saldos em 31 de março de 2016	178.574	111.255	6.220	190.554	68.324	(4.314)	606.053

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	31/03/2017	31/03/2016
Lucro antes dos tributos	50.544	110.175
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	23.895	22.872
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17.396	15.033
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.998	14.110
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	52.456	21.362
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	4.311	664
Perda (ganho) na baixa de não circulante	1.470	2.041
PIS e COFINS diferidos	-	968
	163.070	187.225
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(126.976)	(145.122)
Tributos a compensar	(4.120)	(427)
Depósitos judiciais	8.341	27
Ativo financeiro setorial	-	326.385
Contas a receber - Eletrobrás	9.062	(1.739)
Outros ativos operacionais	(18.497)	1.655
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(57.296)	(248.976)
Outros tributos e contribuições sociais	15.179	(16.325)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(4.853)	(3.539)
Taxas regulamentares	(298)	(85.503)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(23.054)	(6.035)
Passivo financeiro setorial	(11.283)	41.009
Outros passivos operacionais	28.149	6.016
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	(22.576)	54.651
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(62.230)	(40.612)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(19.760)	(7.927)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(104.566)	6.112
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	80	-
Adições de intangível	(38.417)	(33.383)
Venda de ativo não circulante	-	753
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(38.337)	(32.630)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	303.509	7.586
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(128.287)	(12.101)
Liquidação de operações com derivativos	(31.373)	(35.660)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	143.849	(40.175)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	946	(66.693)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	783.818	576.416
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	784.764	509.723

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2017 e 2016
 (Em milhares de reais)

	1º Trimestre 2017	1º trimestre de 2016 (Reapresentado*)
1 - Receita	1.402.589	1.573.443
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.368.295	1.557.977
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	47.292	29.576
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.998)	(14.110)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(762.115)	(663.303)
2.1 Custo com energia elétrica	(651.218)	(583.002)
2.2 Material	(29.951)	(20.483)
2.3 Serviços de terceiros	(47.341)	(36.140)
2.4 Outros	(33.605)	(23.678)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	640.474	910.140
4 - Retenções	(23.894)	(22.907)
4.1 Amortização	(23.894)	(22.907)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	616.579	887.233
6 - Valor adicionado recebido em transferência	34.813	45.867
6.1 Receitas financeiras	34.813	45.867
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	651.393	933.100
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	40.632	33.070
8.1.1 Remuneração direta	22.650	20.487
8.1.2 Benefícios	16.042	10.656
8.1.3 F.G.T.S	1.939	1.927
8.2 Impostos, taxas e contribuições	512.155	768.385
8.2.1 Federais	282.395	440.574
8.2.2 Estaduais	229.186	327.268
8.2.3 Municipais	574	543
8.3 Remuneração de capital de terceiros	67.244	63.262
8.3.1 Juros	66.138	62.241
8.3.2 Aluguéis	1.106	1.020
8.4 Remuneração de capital próprio	31.363	68.383
8.4.1 Lucros retidos	31.363	68.383
	651.393	933.100

(*) Contempla os efeitos da nota explicativa 2.6

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas Explicativas

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 - Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino - Campinas – São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,7 milhão de consumidores (informações não revisadas pelos auditores independentes). Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e, portanto devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 4 de maio de 2017.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 6 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 10 – Ativo financeiro da concessão;
- Nota 12 – Intangível e redução ao valor recuperável;
- Nota 16 – Entidade de previdência privada;
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais;
- Nota 23 – Receita operacional líquida; e
- Nota 29 – Instrumentos financeiros.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Reapresentações nas informações contábeis intermediárias do primeiro trimestre de 2016

Conforme mencionado na nota 2.6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, a Companhia, objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro concluiu que o ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão, anteriormente apresentado na rubrica de receita financeira, no resultado financeiro, deve ser mais adequadamente classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim. Esta alocação reflete de forma mais acurada o modelo de negócio de distribuição de energia elétrica e propicia uma melhor apresentação quanto ao seu desempenho.

Notas Explicativas

Em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete o desempenho dos negócios da Companhia (pelos argumentos acima mencionados) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos correspondentes às demonstrações do resultado e do valor adicionado, em relação à aquelas originalmente emitidas.

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, nem a Demonstração do Fluxo de Caixa.

As demonstrações do resultado e do valor adicionado, para fins de comparabilidade, estão apresentadas a seguir:

- **Demonstração do resultado do período**

Conciliação da demonstração do resultado	1º Trimestre 2016	Reclassificações	1º Trimestre 2016 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	783.226	20.066	803.292
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	(521.982)	-	(521.982)
Custo de operação	(52.457)	-	(52.457)
Custo do serviço prestado a terceiros	(29.699)	-	(29.699)
Lucro operacional bruto	179.089	20.066	199.155
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(32.262)	-	(32.262)
Despesas gerais e administrativas	(34.504)	-	(34.504)
Outras despesas operacionais	(2.039)	-	(2.039)
Resultado do serviço	110.284	20.066	130.350
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	63.136	(20.807)	42.329
Despesas financeiras	(63.246)	741	(62.505)
	(110)	(20.066)	(20.176)
Lucro antes dos tributos	110.175	-	110.175
Contribuição social	(10.576)	-	(10.576)
Imposto de renda	(31.216)	-	(31.216)
	(41.792)	-	(41.792)
Lucro líquido do período	68.383	-	68.383

Notas Explicativas

- Demonstração do valor adicionado do período

	1º Trimestre 2016	Reclassificações	1º Trimestre 2016 (Reapresentado)
1 - Receita	1.553.377	20.066	1.573.443
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.537.911	20.066	1.557.977
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	29.576	-	29.576
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.110)	-	(14.110)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(663.303)	-	(663.303)
2.1 Custo com energia elétrica	(583.002)	-	(583.002)
2.2 Material	(20.483)	-	(20.483)
2.3 Serviços de terceiros	(36.140)	-	(36.140)
2.4 Outros	(23.678)	-	(23.678)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	890.074	20.066	910.140
4 - Retenções	(22.907)	-	(22.907)
4.1 Amortização	(22.907)	-	(22.907)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	867.167	20.066	887.233
6 - Valor adicionado recebido em transferência	66.674	(20.807)	45.867
6.1 Receitas financeiras	66.674	(20.807)	45.867
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	933.841	(741)	933.100
8 - Distribuição do valor adicionado			
8.1 Pessoal e encargos	33.070	-	33.070
8.2 Impostos, taxas e contribuições	768.385	-	768.385
8.3 Remuneração de capital de terceiros	64.003	(741)	63.262
8.3.1 Juros	62.982	(741)	62.241
8.3.2 Aluguéis	1.020	-	1.020
8.4 Remuneração de capital próprio	68.383	-	68.383
	933.841	(741)	933.100

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas nas notas explicativas 3.1 a 3.14, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado sob condições atuais de mercado na data de mensuração.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBOVESPA S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de

Notas Explicativas

Capitais - ANBIMA (nota 29) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda referem-se ao direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor atualizado nas datas subsequentes, em consonância com o processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos bancários	2.480	8.146
Aplicações financeiras	<u>782.284</u>	<u>775.672</u>
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	1.927	4.499
Certificado de depósito bancário (b)	222.171	290.956
Fundos de investimento (c)	558.186	480.217
Total	<u>784.764</u>	<u>783.818</u>

a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de uma aplicação em operações compromissadas com lastro em debêntures e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

b) Corresponde a operações de curto prazo em CDB's e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 101,6% do CDI.

c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média de 99,7% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo e vencimento de curto prazo.

Notas Explicativas

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vencidos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2017	31/12/2016
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	124.057	90.352	23.332	237.740	176.840
Industrial	20.385	12.004	14.458	46.847	44.385
Comercial	38.550	15.319	7.534	61.404	47.021
Rural	1.490	764	154	2.408	2.408
Poder público	8.878	678	27	9.583	9.361
Iluminação pública	8.768	344	2	9.114	10.177
Serviço público	8.201	1.315	3.364	12.880	12.308
Faturado	210.329	120.776	48.871	379.976	302.500
Não faturado	196.323	-	-	196.323	183.771
Parcelamento de débito de consumidores	23.818	2.132	5.190	31.140	29.283
Operações realizadas na CCEE	94.956	-	-	94.956	72.157
Concessionárias e permissionárias	1.990	-	-	1.990	3.817
	527.416	122.908	54.061	704.385	591.528
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(50.664)	(49.956)
Total				653.720	541.572
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	9.850	-	-	9.850	8.113
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
	18.058	-	-	18.058	16.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(2.513)	(2.818)
Total				15.545	13.504

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2016	(52.774)	(2.260)	(55.034)
Provisão revertida (constituída)	(19.578)	(210)	(19.788)
Recuperação de receita	6.790	-	6.790
Baixa de contas a receber provisionadas	12.384	-	12.384
Saldo em 31/03/2017	(53.177)	(2.470)	(55.647)
Circulante	(50.664)	(2.470)	(53.134)
Não circulante	(2.513)	-	(2.513)

Notas Explicativas

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	1.810
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	-	7.792
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.860	1.186
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	8.132	5.611
ICMS a compensar	13.772	13.742
Programa de integração social - PIS	1.095	848
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.949	3.812
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1.365	1.365
Outros	79	79
Total	<u>40.252</u>	<u>36.247</u>
Não circulante		
ICMS a compensar	19.293	19.179
Total	<u>19.293</u>	<u>19.179</u>

(8) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2016			Receita operacional		Resultado financeiro	Recebimento	Saldo em 31/03/2017		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Via bandeira tarifária (nota 23.4)	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	(36.362)	(125.725)	(162.087)	(43.975)	36.372	(4.132)	(9.629)	(93.442)	(90.010)	(183.451)
CVA (*)										
CDE (**)	(57.470)	(147.546)	(205.016)	(32.551)	44.444	(6.496)	-	(92.896)	(106.723)	(199.619)
Custos energia elétrica	21.156	(14.563)	6.593	35.303	3.488	2.217	(9.629)	45.929	(7.958)	37.971
ESS e EER (***)	(57.082)	(31.499)	(88.581)	(54.515)	9.570	(2.622)	-	(113.142)	(23.007)	(136.148)
Proinfa	171	20.815	20.986	(5.216)	(6.672)	757	-	(4.866)	14.721	9.855
Rede básica	3.883	1.379	5.261	3.471	(436)	156	-	7.477	976	8.453
Repasse de Itaipu	10.190	(64.288)	(54.098)	3.346	19.529	498	-	13.759	(44.485)	(30.726)
Transporte de Itaipu	513	1.561	2.075	268	(475)	56	-	798	1.126	1.923
Neutralidade dos encargos setoriais	16.898	89.094	105.991	4.925	(27.181)	591	-	22.413	61.913	84.326
Sobrecontratação	25.380	19.322	44.702	994	(5.895)	712	-	27.086	13.427	40.514
Outros componentes financeiros	(67.584)	(124.757)	(192.342)	(9.547)	38.062	(2.180)	-	(79.311)	(86.696)	(166.007)
Devolução referente liminares	-	(132.410)	(132.410)	-	40.396	-	-	-	(92.014)	(92.014)
Outros	(67.584)	7.653	(59.932)	(9.547)	(2.335)	(2.180)	-	(79.311)	5.318	(73.993)
Total	<u>(103.947)</u>	<u>(250.482)</u>	<u>(354.429)</u>	<u>(53.522)</u>	<u>74.433</u>	<u>(6.312)</u>	<u>(9.629)</u>	<u>(172.753)</u>	<u>(176.706)</u>	<u>(349.458)</u>
Passivo circulante			(260.642)							(226.722)
Passivo não circulante			(93.787)							(122.736)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 8 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas**(9) CRÉDITOS (DÉBITOS) FISCAIS DIFERIDOS****9.1 - Composição dos créditos (débitos) fiscais:**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	2.971	5.330
Benefício fiscal do ágio incorporado	11.992	12.251
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>(2.777)</u>	<u>(5.792)</u>
Subtotal	12.185	11.789
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	8.258	14.838
Benefício fiscal do ágio incorporado	41.155	42.044
Diferenças temporariamente indedutíveis	<u>(7.976)</u>	<u>(16.350)</u>
Subtotal	41.437	40.531
Total	<u>53.622</u>	<u>52.320</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do ágio incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, cuja composição está descrita nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da CPFL Energia.

9.2 – Benefício fiscal do ágio incorporado:

Refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos ágios incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No primeiro trimestre de 2017, a taxa anual de amortização aplicada foi de 2,97% (2,97% no primeiro trimestre de 2016).

9.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	<u>31/03/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.145	22.625	8.441	23.448
Entidade de previdência privada	1.863	5.175	1.711	4.753
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.008	13.912	4.953	13.758
Provisão energia livre	1.756	4.877	1.704	4.733
Programas de P&D e eficiência energética	3.679	10.221	3.370	9.361
Provisão relacionada a pessoal	706	1.962	498	1.383
Derivativos	(6.782)	(18.839)	(9.150)	(25.415)
Registro da concessão - ajuste do intangível (CPC)	(1.270)	(3.529)	(1.298)	(3.605)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (CPC)	(26.070)	(72.418)	(25.338)	(70.382)
Perdas atuariais (CPC)	3.541	9.835	3.541	9.835
Instrumentos financeiros (CPC)	(728)	(2.022)	(1.260)	(3.499)
Outros	265	474	(74)	(472)
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	7.109	19.750	7.109	19.750
Total	<u>(2.777)</u>	<u>(7.976)</u>	<u>(5.792)</u>	<u>(16.350)</u>

Notas Explicativas

9.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016:

	1º Trimestre 2017		1º Trimestre 2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	50.544	50.544	110.175	110.175
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(95)	(95)	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	6.074	6.074	7.365	7.365
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	233	(231)	(33)	7.324
Base de cálculo	56.756	56.292	117.507	124.864
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(5.108)	(14.073)	(10.575)	(31.216)
Corrente	(5.505)	(14.979)	(13.368)	(38.911)
Diferido	397	906	2.793	7.695

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

(10) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2016	860.979
Adições	18.104
Ajuste de expectativa de fluxo de caixa	8.607
Baixas	(1.021)
Saldo em 31/03/2017	886.669

O saldo refere-se ao valor justo do ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR" - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 23), no resultado do período (R\$ 8.607 no primeiro trimestre de 2017 e R\$ 20.807 no primeiro trimestre de 2016).

(11) OUTROS CRÉDITOS

	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Adiantamentos - Fundação CESP	1.553	1.430	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	663	3.310	6.260	4.607
Ordens em curso	41.168	38.887	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.638	1.354	-	-
Despesas antecipadas	12.448	10.729	1.602	1.717
Contas a receber - Eletrobrás	24.654	33.716	-	-
Adiantamentos a funcionários	5.656	2.623	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	2.494	4.234	-	-
Faturas diversas	2.296	2.661	-	-
Outros	3.366	5.670	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(2.470)	(2.260)	-	-
Total	93.465	102.355	7.862	6.324

Contas a receber – Eletrobrás – Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 1.770 (R\$ 1.688 em 31 de dezembro de 2016), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 19.500 (R\$ 14.839 em 31 de dezembro de 2016) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante de R\$ 3.384 (R\$ 17.189 em 31 de dezembro de 2016) (nota 23.3).

No primeiro trimestre de 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas do contas a receber - Eletrobrás e do contas a pagar de CDE (nota 17) no montante de R\$ 31.158 (nota 23.3).

Notas Explicativas**(12) INTANGÍVEL**

	<u>Direito de concessão</u>		<u>Total</u>
	<u>Infraestrutura de distribuição - em serviço</u>	<u>Infraestrutura de distribuição - em curso</u>	
Saldo em 31/12/2016	790.389	107.289	897.678
Custo histórico	1.975.182	107.289	2.082.471
Amortização acumulada	(1.184.793)	-	(1.184.793)
Adições	-	39.326	39.326
Amortização	(23.895)	-	(23.895)
Transferência - intangíveis	23.945	(23.945)	-
Transferência - ativo financeiro	(947)	(17.158)	(18.104)
Baixa e transferência - outros ativos	(1.498)	-	(1.498)
Saldo em 31/03/2017	787.996	105.512	893.508
Custo histórico	1.992.778	105.512	2.098.290
Amortização acumulada	(1.204.782)	-	(1.204.782)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição (nota 25) estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No primeiro trimestre de 2017 foram capitalizados R\$ 909 (R\$ 253 a uma taxa de 8,09% no primeiro trimestre de 2016) a uma taxa de 8,09% a.a. (nota 26).

(13) FORNECEDORES

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Encargos de serviço do sistema	5.017	8.658
Suprimento de energia elétrica	312.752	334.357
Encargos de uso da rede elétrica	20.301	19.308
Materiais e serviços	34.610	68.722
Energia livre	36.385	35.314
Total	<u>409.064</u>	<u>466.360</u>

Notas Explicativas

(14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Remuneração a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2017			31/12/2016		
				Encargos - circulante e não circulante	Principal		Encargos - circulante e não circulante	Principal	
					Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Mensuradas ao custo									
Moeda nacional									
BNDES									
FINEM IV	TJLP + 2,12% a 3,3% (a)	72 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2012	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	57	15.358	-	75	18.365	1.530
FINEM IV	Pré fixado 5,5% (b)	96 Parcelas mensais a partir de fevereiro de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	36	3.918	11.100	38	3.918	12.079
FINEM IV	Pré fixado 8,0% (c)	90 Parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	4	561	468	4	561	608
FINEM V	TJLP + 2,06% a 3,08% (d)	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	147	14.610	25.568	159	14.559	29.118
FINEM V	Pré fixado 2,5% (e)	96 Parcelas mensais a partir de dezembro de 2014	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	43	6.865	32.038	45	6.865	33.754
FINEM V	Pré fixado 2,5% (f)	114 Parcelas mensais a partir de junho de 2013	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	2	395	1.843	2	395	1.942
FINEM VI	TJLP + 2,12% a 2,66% (g)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	225	12.528	50.113	236	12.484	53.058
FINEM VI	Pré fixado 6,0% (h)	96 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	69	3.879	23.276	73	3.879	24.246
FINEM VI	SELIC + 2,62% a 2,66% (i)	72 Parcelas mensais a partir de abril de 2016	Fiança da CPFL Energia e recebíveis	51	8.160	32.639	47	7.919	33.654
FINAME	Pré fixado 4,5%	96 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Aval da CPFL Energia	22	4.000	7.000	23	4.000	8.000
Instituições financeiras									
Banco do Brasil-capital de giro	104,9% do CDI (j)	2 parcelas anuais a partir de julho de 2017	Aval da CPFL Energia	-	-	-	22.951	11.000	33.000
Total moeda nacional - mensuradas ao custo				656	70.274	184.045	23.653	83.945	230.989
Mensuradas ao valor justo									
Moeda estrangeira									
Instituições financeiras									
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (1)	Parcela única em março de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	266	-	156.235	270	-	162.955
Sumitomo	US\$ + Libor 3 meses + 1,35% (2) (k)	Parcela única em abril de 2018	Aval da CPFL Energia e nota Promissória	751	-	156.235	757	-	162.955
BNP Paribas	EURO + 1,6350% (3)	Parcela única em janeiro de 2018	Aval da CPFL Energia e nota promissória	645	184.524	-	1.455	-	187.367
Citibank	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (4)	2 Parcelas anuais a partir de janeiro de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	797	-	195.294	792	-	203.694
Scotiabank	US\$ + 2,08% (5)	Parcela única em agosto de 2017	Aval da CPFL Energia e nota promissória	158	51.558	-	460	53.775	-
Operação sindicalizada (**) - Bank of America Merrill Lynch, Citibank, HSBC e EDC-Export Development Canada	US\$ + Libor 3 meses + 2,7% (6)	5 Parcelas semestrais a partir de maio de 2019	Aval da CPFL Energia e nota promissória	782	-	208.313	831	-	217.273
Marcação a mercado				-	859	5.133	-	(182)	(5.049)
Total moeda estrangeira - mensuradas ao valor justo				3.399	236.941	721.210	4.565	53.593	929.195
Gastos com captação (*)				-	(131)	(4.026)	-	(331)	(4.410)
Total				4.055	307.084	901.228	28.217	137.207	1.155.774

Swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais, correspondendo a:

(1) 109,5% do CDI a.a. (2) 105,7% e 105,9% do CDI a.a. (3) 103,6% do CDI a.a. (4) 108,6% do CDI a.a. (5) 103,5% do CDI a.a. (6) 108,15% a 116% do CDI a.a.

(a) taxa efetiva 60,7% a 68,82% do CDI

(b) taxa efetiva 45,68% do CDI

(c) taxa efetiva 65,91% do CDI

(d) taxa efetiva 88,55% a 100,53% do CDI

(e) taxa efetiva 30,35% do CDI

(f) taxa efetiva 30,65% do CDI

(g) taxa efetiva 68,69% a 72,65% do CDI

(h) taxa efetiva 48,39% do CDI

(i) taxa efetiva 122,33% do CDI

(j) taxa efetiva 109,47% do CDI

(k) taxa efetiva 107,3% do CDI

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas

(**) Operação sindicalizada -- empréstimos financeiros em moeda estrangeira, tendo como contraparte um grupo de instituições financeiras.

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia em consonância com os CPC's 38 e 39 classificou suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de março de 2017, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 961.550 (R\$ 987.353 em 31 de dezembro de 2016).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de março de 2017 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 5.992 (ganho de R\$ 5.231 em 31 de dezembro de 2016),

Notas Explicativas

deduzidos dos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 13.596 (ganho de R\$ 8.919 em 31 de dezembro de 2016), contratados para proteção da variação cambial (nota 29), geraram um ganho líquido total de R\$ 7.604 (ganho total de R\$ 14.150 em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2018	197.105
2019	390.256
2020	215.364
2021	73.075
2022	15.578
2023 a 2024	4.717
Subtotal	896.095
Marcação a mercado	5.133
Total	901.228

Condições restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia e sua controladora CPFL Energia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Os detalhes das condições restritivas para as demais dívidas estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme o último período de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

(15) DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DEBÊNTURES

	Quantidade em circulação	Remuneração a.a.	Taxa efetiva a.a.	Condições de amortização	Garantias	31/03/2017				31/12/2016			
						Encargos	Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Não circulante	Total
6ª Emissão													
Série única	110	CDI + 0,8% (1)	CDI + 0,91%	03 Parcelas anuais a partir de julho de 2017 (**)	Fiança da CPFL Energia	722	-	44.000	44.722	7.846	33.000	77.000	117.846
7ª Emissão													
Série única	23.500	CDI + 0,83% (1)	CDI + 0,89%	04 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2018	Fiança da CPFL Energia	4.356	58.750	176.250	239.356	13.455	-	235.000	248.455
8ª Emissão													
2ª Série	246.000	109,5% CDI	109,5% CDI	02 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2021	Fiança da CPFL Energia	1.350	-	246.000	247.350	-	-	-	-
1ª Série	60.000	IPCA + 5,2901%	IPCA + 5,2901%	02 Parcelas anuais a partir de fevereiro de 2023	Fiança da CPFL Energia	135	-	60.072	60.207	-	-	-	-
Gastos com emissão (*)						-	(108)	(2.952)	(3.060)	-	(80)	(575)	(655)
Total						6.563	58.642	523.370	588.575	21.301	32.920	311.425	365.646

(1) A Companhia possui swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a 107,85% a 107,88% do CDI.

(*) Conforme CPC 08, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

(**) Em Fevereiro de 2017, houve antecipação dos pagamentos das parcelas de Julho/2017 e Julho/2018 para as debêntures de 6ª Emissão.

Notas Explicativas

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	102.456
2020	58.642
2021	180.667
2022	122.015
2023 a 2024	59.589
Total	523.370

Adições no período:

8ª emissão

No primeiro trimestre de 2017, foram subscritas e integralizadas 306.000 debêntures, nominativas e escriturais, sendo 60.000 debêntures da primeira série; e (ii) 246.000 debêntures da segunda série, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) o que gerou uma captação total de R\$ 306.000 (R\$ 303.509 líquida dos gastos de emissão). Os recursos líquidos obtidos serão destinados: (i) primeira série: para a implementação e desenvolvimento de projetos de investimento em subestações e linhas de transmissão; e (ii) segunda série: para refinanciamento de dívidas e reforço do capital de giro.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam, cláusulas que requerem da garantidora (controladora CPFL Energia) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

A 8ª emissão de debêntures emitida em 2017 está sujeita há condições restritivas, que requer da controladora CPFL Energia a manutenção de índices financeiros, como segue:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA menor ou igual a 3,75; e
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Os detalhes das condições restritivas para as demais debêntures estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia e da controladora CPFL Energia monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados semestralmente e anualmente estão adequadamente atendidas conforme os últimos períodos de apuração, ou seja, 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016, respectivamente.

(16) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, cujas características estão descritas na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

16.1 – Movimentações dos planos de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2016	139.958
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.311
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(4.881)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2017	139.388
Outras contribuições	160
Total	139.548
Circulante	9.643
Não circulante	129.905

As despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
Custo do serviço	788	627
Juros sobre obrigações atuariais	31.890	29.260
Rendimento esperado dos ativos do plano	(28.367)	(29.223)
Total da despesa (receita)	4.311	664

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, com base nos laudos atuariais preparados para as datas-base de 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram:

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	10,99% a.a.	12,67% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	7,00% a.a.	6,79% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012*	ExpR_2012*
	100% na primeira	100% na primeira
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	elegibilidade a um benefício pelo Plano	elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

(17) TAXAS REGULAMENTARES

	31/03/2017	31/12/2016
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	335	335
Conta de desenvolvimento energético - CDE (nota 23.5)	61.310	68.210
Bandeiras tarifárias e outros	6.906	304
Total	68.551	68.849

Conta de desenvolvimento energético – CDE – Refere-se: (i) a quota anual de CDE para o exercício de 2017 no montante de R\$ 30.584 (R\$ 37.484 em 31 de dezembro de 2016), (ii) quota destinada à devolução do aporte de CDE do período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 no montante de R\$ 10.068 (R\$ 10.068 em 31 de dezembro de 2016) e (iii) quota destinada à devolução do aporte da Conta no Ambiente de Contratação Regulada (“conta ACR”) do período de fevereiro a dezembro de 2014, no montante de R\$ 20.658 (R\$ 20.658 em

Notas Explicativas

31 de dezembro de 2016). No primeiro trimestre de 2017 a Companhia efetuou o encontro de contas do contas a receber - Eletrobrás e do contas a pagar de CDE (nota 11) no montante de R\$ 31.158.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	99.748	90.642
Programa de integração social - PIS	4.552	3.381
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	20.965	15.574
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	533	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	190	-
Outros	4.227	4.717
Total	<u>130.216</u>	<u>114.314</u>

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/03/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	32.000	13.355	27.968	14.215
Cíveis	27.668	31.351	37.458	38.199
Fiscais				
Imposto de renda	142.191	152.872	139.957	150.439
Outras	24.586	6.583	22.241	6.324
	<u>166.776</u>	<u>159.455</u>	<u>162.198</u>	<u>156.763</u>
Outros	6.366	-	6.244	-
Total	<u>232.809</u>	<u>204.161</u>	<u>233.869</u>	<u>209.178</u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	<u>Saldo em 31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldo em 31/03/2017</u>
Trabalhistas	27.968	10.177	(291)	(6.844)	989	32.000
Cíveis	37.458	6.205	(669)	(16.162)	836	27.668
Fiscais	162.198	1.793	(83)	-	2.869	166.776
Outros	6.244	-	-	(48)	169	6.366
Total	<u>233.869</u>	<u>18.175</u>	<u>(1.044)</u>	<u>(23.054)</u>	<u>4.864</u>	<u>232.809</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais estão apresentados na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estavam assim representadas:

	31/03/2017	31/12/2016	Principais causas
Trabalhistas	63.348	68.204	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	89.233	84.367	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	413.373	393.869	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social
Regulatórias	6.796	7.020	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	572.750	553.459	

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que, conforme descrito na nota 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho, sendo que o status da discussão não foi alterado desde então e o risco permanece como possível.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Consumidores e concessionárias	11.195	10.202	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	55.232	51.693	1.683	1.489
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	14.953	14.175	7.434	6.938
EPE / FNDCT / PROCEL	3.429	2.450	-	-
Fundo de reversão	-	-	13.987	13.987
Adiantamentos	1.527	1.477	187	203
Juros sobre empréstimo compulsório	992	992	-	-
Folha de pagamento	3.350	2.765	-	-
Participação nos lucros	7.972	6.031	872	872
Convênios de arrecadação	12.896	11.987	-	-
Outros	2.076	1.973	-	-
Total	113.622	103.745	24.165	23.490

(21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
CPFL Energia S/A	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00
Total	29.564.002.609	23.532.767.571	53.096.770.180	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

(22) LUCRO POR AÇÃO

22.1 - Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados, conforme demonstrado:

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	31.363	68.383
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	29.564.003	29.564.003
Ações em poder dos acionistas - ações preferenciais (mil)	23.532.768	23.532.768
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	0,57	1,23
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$	0,62	1,36

Nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores (*)		GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016 (Reapresentado)
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.592.659	1.563.461	1.051	1.042	593.460	779.111
Industrial	6.459	6.508	322	463	150.034	291.816
Comercial	83.631	80.450	507	569	253.812	378.456
Rural	7.200	7.065	26	26	8.834	12.349
Poderes públicos	8.330	8.223	55	56	26.333	35.532
Iluminação pública	2.081	2.012	79	80	24.621	33.540
Serviço público	1.176	1.141	57	75	23.643	41.907
Fornecimento faturado	1.701.536	1.668.860	2.097	2.311	1.080.737	1.572.711
Consumo próprio	139	132	1	1	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	9.011	12.231
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(399.786)	(593.983)
Fornecimento de energia elétrica	1.701.675	1.668.992	2.098	2.312	689.962	990.960
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			30	30	5.327	4.925
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo					(642)	(565)
Energia elétrica de curto prazo			539	128	91.962	35.083
Suprimento de energia elétrica			569	158	96.647	39.443
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					400.428	594.547
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					88.755	108.909
Receita de construção da infraestrutura de concessão					47.292	29.576
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 8)					20.911	(238.747)
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 10)					8.143	20.066
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					45.403	25.582
Outras receitas e rendas					18.945	17.216
Outras receitas operacionais					628.977	597.149
Total da receita operacional bruta					1.415.587	1.587.552
Deduções da receita operacional						
ICMS					(229.062)	(327.165)
PIS					(22.550)	(25.684)
COFINS					(103.868)	(118.301)
ISS					(23)	(20)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(180.015)	(217.277)
Programa de P & D e eficiência energética					(7.945)	(7.537)
PROINFA					(14.306)	(7.093)
Bandeiras tarifárias e outros					(6.924)	(80.224)
Outros					(1.006)	(960)
					(565.697)	(784.260)
Receita operacional líquida					849.889	803.292

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

23.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 23.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

23.2 - Revisão Tarifária Periódica ("RTP"), Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Extraordinária ("RTE")

Em 18 de outubro de 2016, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual ("RTA") de 2016 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em -12,54%, sendo -5,35% relativos ao reajuste econômico e -7,19% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTP/2015). O efeito médio a ser percebido pelos

Notas Explicativas

consumidores é de -24,21% (conforme divulgado na Resolução Homologatória (“REH”), quando comparado à Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) ocorrida em outubro de 2015. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2016 a 22 de outubro de 2017.

Em 20 de outubro de 2015, a Diretoria Colegiada da ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) de 2015 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 56,29%, sendo 40,14% relativos ao reajuste econômico e 16,15% referentes aos componentes financeiros, em relação ao último evento tarifário ordinário (RTA/2014). O efeito médio a ser percebido pelos consumidores era de 21,11% (conforme divulgado na Resolução Homologatória), quando comparado à Revisão Tarifária Extraordinária (“RTE”) ocorrida em março de 2015. As novas tarifas tiveram vigência de 23 de outubro de 2015 a 22 de outubro de 2016.

A ANEEL aprovou, por meio da Resolução Homologatória nº 1.858, de 27 de fevereiro de 2015, o resultado da Revisão Tarifária Extraordinária – RTE, com o objetivo de reestabelecer a cobertura tarifária das distribuidoras de energia elétrica frente ao significativo aumento da quota CDE de 2015 e do custo de compra de energia (tarifa e variação cambial de Itaipu e de leilões de energia existente e ajuste). O efeito médio percebido pelo consumidor da área de concessão da Companhia foi de: 40,49% no grupo A, 21,47% no grupo B, total de 29,78% (conforme divulgado na Resolução Homologatória). As tarifas resultantes desta RTE estiveram vigentes de 2 de março de 2015 até 22 de outubro de 2015.

23.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

Todos os detalhes referente ao aporte de CDE estão detalhados nas notas 23.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No primeiro trimestre de 2017, foi registrada receita de R\$ 45.403 (R\$ 25.582 no primeiro trimestre de 2016), sendo (i) R\$ 2.430 (R\$ 3.372 no primeiro trimestre de 2016) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 24.958 (R\$ 22.210 no primeiro trimestre de 2016) referentes a outros descontos tarifários e (iii) R\$ 18.015 de desconto tarifário – liminares em contrapartida na rubrica contas a receber – Eletrobrás (nota 11).

23.4 - Bandeiras tarifárias

O sistema de aplicação das Bandeiras Tarifárias está descrito na nota 23.4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

No primeiro trimestre de 2017, foram homologados pela ANEEL, os meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017. A bandeira faturada neste período foi de R\$ 4.845, o valor repassado para a Companhia pela CCRBT foi de R\$ 4.784 totalizando R\$ 9.629 que foram utilizados para compensar parte do ativo financeiro setorial (nota 8). A bandeira tarifária dos meses de fevereiro e março de 2017, no montante de R\$ 6.905 continuam em aberto e estão registrados no passivo - taxas regulamentares (nota 17).

23.5 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio das REH nº 2.202, de 7 de fevereiro de 2017, alterada pela RHE nº 2.204 de 07 de março de 2017, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes do ano de 2017. Essas quotas contemplam: (i) quota anual da conta CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia, referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, que deverá ser recolhida dos consumidores e repassada à Conta CDE em até cinco anos a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2004, de 15 de dezembro de 2015, a ANEEL estabeleceu mais uma quota destinada à amortização da Conta ACR, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período tarifário de outubro de 2016 a setembro de 2017.

Notas Explicativas

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh (*)		R\$ mil	
	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	565	571	108.128	123.975
Energia de curto prazo	-	2	(577)	(20.055)
PROINFPA	48	52	10.231	23.395
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais	2.491	2.227	473.385	361.358
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(54.683)	(45.202)
Subtotal	3.104	2.852	536.485	443.470
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			43.760	42.714
Encargos de transporte de itaipu			2.894	2.833
Encargos de conexão			4.181	3.348
Encargos de uso do sistema de distribuição			3.376	3.595
Encargos de serviço do sistema - ESS			(9.925)	27.335
Encargos de energia de reserva - EER			-	6.689
Crédito de PIS e COFINS			(4.096)	(8.003)
Subtotal			40.190	78.511
Total			576.675	521.982

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais						Total	
	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	Vendas		Gerais e administrativas		Outros		1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
					1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016		
Pessoal	24.716	21.820	-	-	6.170	5.180	9.640	7.907	-	-	40.526	34.906
Entidade de previdência privada	4.311	564	-	-	-	-	-	-	-	-	4.311	564
Material	4.130	3.217	20	39	191	97	205	459	-	-	4.546	3.812
Serviços de terceiros	6.909	6.873	48	85	10.922	9.476	11.904	10.804	-	-	29.783	27.237
Amortização	19.268	18.416	-	-	137	128	4.453	4.328	-	-	23.857	22.872
Custos com construção da infraestrutura	-	-	47.292	29.576	-	-	-	-	-	-	47.292	29.576
Outros	2.396	1.466	-	-	16.351	17.382	19.645	11.007	1.460	2.039	39.851	31.893
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	3.271	3.169	-	-	-	-	3.271	3.169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	12.998	14.110	-	-	-	-	12.998	14.110
Arrendamentos e alugueis	-	-	-	-	-	-	1.106	1.020	-	-	1.106	1.020
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	205	295	-	-	205	295
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	16.638	8.807	-	-	16.638	8.807
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	154	-	-	-	154	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	516	-	-	-	-	-	-	-	1.470	2.041	1.986	2.041
Outros	1.881	1.466	-	-	82	103	1.542	884	(11)	(2)	3.494	2.453
Total	61.730	52.457	47.359	29.699	33.770	32.262	45.846	34.504	1.460	2.039	190.165	150.960

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016 (Reapresentado)
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	18.110	9.940
Acréscimos e multas moratórias	10.607	14.037
Atualização de créditos fiscais	57	80
Atualização de depósitos judiciais	3.324	3.761
Atualizações monetárias e cambiais	957	4.132
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	248	443
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 8)	-	11.067
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(1.791)	(3.537)
Outros	1.510	2.405
Total	33.022	42.329
Despesas		
Encargos de dívidas	(25.236)	(27.806)
Atualizações monetárias e cambiais	(31.524)	(30.256)
(-) Juros capitalizados	909	253
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 8)	(6.312)	-
Outros	(3.364)	(4.696)
Total	(65.527)	(62.505)
Resultado financeiro	(32.505)	(20.176)

Notas Explicativas

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o primeiro trimestre de 2017 e 2016 sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 52.365 no primeiro trimestre de 2017 (perdas líquidas de R\$ 102.903 no primeiro trimestre de 2016) (nota 29).

(27) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes Companhias:

- State Grid Brazil Power Participações Ltda

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações Ltda.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão descritas na nota 27 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora CPFL Energia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, da controladora e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia pagou em janeiro de 2017, faturas renegociadas de compra de energia com a CERAN, ENERCAN, Foz do Chapecó e CPFL Geração que tinham vencimento original de novembro a dezembro de 2016

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 1.263 (R\$ 501 no primeiro trimestre de 2016). Este valor é composto por R\$ 1.251 (R\$ 490 no primeiro trimestre de 2016) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 12 (R\$ 11 no primeiro trimestre de 2016) de benefícios pós-emprego, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa, são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo
	31/03/2017	1º Trimestre de 2017
Compra e venda de energia e encargos		
Araraquara Transmissora de Energia S.A.	-	67
Atlantico - Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A	-	13
Catxere Transmissora de Energia S.A.	-	155
Expansion Transmissão de Energia Eletrica S.A.	-	498
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.	-	207
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A.	27	242
Iracema Transmissora de Energia S.A.	-	64
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.	-	564
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.	8	71
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.	-	136
Luziania Niquelandia Transmissora S.A.	-	12
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.	6	53
Matrincha Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.	60	471
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.	-	106
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A	-	220
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A	-	84
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A	-	341
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A	-	98

Empresas	Ativo	Passivo	Receita	Despesa/custo
	31/12/2016	31/12/2016	1º Trimestre de 2016	1º Trimestre de 2016
Saldo bancário e aplicação financeira				
Banco do Brasil S.A.	1.281	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (*), Debêntures (*) e Derivativos (*)				
Banco do Brasil S.A.	-	344.332	-	14.043
Banco BNP Paribas Brasil S.A.	3.759	-	-	11.464
Outras operações financeiras				
Banco do Brasil S.A.	-	247	17	273
Intangível, materiais e prestação de serviço				
Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	2	-	2	-
Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.	86	-	-	-
TIM CELULAR S.A.	3	2	-	-
TOTVS S.A.	-	1	-	2
Compra e venda de energia e encargos				
Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	8	-	63
Aliança Geração de Energia S.A	-	244	-	2.644
Arizona 1 Energia Renovável S.A	-	-	-	218
Baguari 1 Geração de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	5
Caetité 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	201
Caetité 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	203
Calango 1 Energia Renovável S.A.	-	-	-	243
Calango 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	206
Calango 3 Energia Renovável S.A.	-	-	-	243
Calango 4 Energia Renovável S.A.	-	-	-	225
Calango 5 Energia Renovável S.A.	-	-	-	239
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	470	-	4.606
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	-	-	-	3
Mel 2 Energia Renovável S.A.	-	-	-	154
Norte Energia S.A.	-	1.398	-	-
Rio PCH I S.A.	-	45	-	484
SE Narendiba S.A.	-	-	-	8
Serra do Facão Energia S.A. - SEFAC	-	101	-	1.107

(*) Incluem os ajustes de marcação a mercado

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016	1º Trimestre 2017	1º Trimestre 2016
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	81	73	6	3	-	-	(321)	(220)
CPFL Brasil Varejista S.A.	-	1	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	559	537	580	533	-	-	102	333
Companhia Luz e Força Santa Cruz	39	26	-	-	-	-	(99)	(78)
Companhia Leste Paulista de Energia	8	7	-	-	-	-	(29)	(22)
Companhia Sul Paulista de Energia	20	10	-	2	-	-	(38)	(30)
Companhia Jaguaré de Energia	30	8	12	8	-	-	5	7
Companhia Luz e Força de Mococa	5	5	-	-	-	-	(19)	(15)
Rio Grande Energia S.A.	182	169	9	7	-	-	(619)	(494)
CPFL Geração de Energia S.A.	81	73	21	17	-	-	(281)	(185)
CPFL Energia S.A.	76	69	-	-	-	-	(316)	(223)
CPFL Renováveis - Consolidado	11	16	-	16	-	-	(4)	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	51	26	32	4	-	-	(121)	(86)
Nect Serviços Administrativos Ltda.	5	5	40	-	-	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	(8)	(7)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	2	-	3	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	210	185
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	29	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	-	47	-	-	196	174	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	2	2	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	72.080	72.080	-	-	-	-
Intangível, materiais e prestação de serviço								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	9.689	30.163	2.064	2.147	-	-	3.734	3.590
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	720	667	-	-	2.379	1.987
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	520	767	-	-	1.887	1.550
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	129
CPFL Telecom S.A.	2	2	13	-	-	-	51	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	812	739	-	-	2.424	1.892
Compra e venda de energia e encargos								
Companhia Paulista de Força e Luz	14	14	1.130	1.127	-	-	3.375	3.593
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	5.721	17.564	-	-	16.285	15.157
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	9	8
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	7.429	5.278	-	-	16.602	10.959
CPFL Centrais Geradoras Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(1)
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	82	83	-	-	187	234
Campos Novos Energia S.A.	-	-	17.376	26.818	-	-	26.508	26.986
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	4.543	8.744	-	-	13.193	12.420
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	11.477	11.474	-	-	32.602	30.599
CPFL Renováveis - Consolidado	6	-	1.416	1.340	-	-	3.721	3.707
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	10	8
Outras operações financeiras								
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	9	-	-	-

(28) GESTÃO DE RISCOS

A estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa nº 29 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

(29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/03/2017	
					Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	556.543	556.543
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	228.221	228.221
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	116.635	116.635
Ativo financeiro da concessão	10	(b)	(2)	Nível 3	886.669	886.669
					1.788.068	1.788.068
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14	(c)	(1)	Nível 2 (**)	254.092	224.066
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	14 (**)	(a)	(2)	Nível 2	958.275	958.275
Debêntures - principal e encargos	15	(c)	(1)	Nível 2 (***)	588.575	579.276
Derivativos	29	(a)	(2)	Nível 2	27.201	27.201
					1.828.143	1.788.818

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 11.223 no 1º Trimestre 2017 (perda de R\$ 17.463 no 1º Trimestre 2016).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda	
Categoria:	Mensuração:
(a) - Valor justo contra o resultado	(1) - Mensurado ao custo amortizado
(b) - Disponível para venda	(2) - Mensurado ao valor justo
(c) - Outros passivos financeiros	

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - Eletrobrás, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, e (v) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, (ix) coligadas, controladas e controladora, (x) passivo financeiro setorial e (xi) fundo de reversão

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2017 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como

Notas Explicativas

disponível para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro trimestre de 2017 são de R\$ 8.607 (ganho de R\$ 20.807 no primeiro trimestre de 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 10.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 14). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2017, a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos					
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:								
Hedge variação cambial:								
Citibank	39.325	-	39.325	38.184	1.141	dólar	03/2019	117.250
Bradesco	22.825	-	22.825	21.997	829	dólar	04/2018	55.138
J.P. Morgan	22.838	-	22.838	22.000	839	dólar	04/2018	55.138
Citibank	24.361	-	24.361	22.748	1.613	dólar	01/2020	169.838
BNP Paribas	6.835	-	6.835	4.988	1.847	euro	01/2018	175.714
Scotia Bank	-	(4.623)	(4.623)	(4.690)	66	dólar	08/2017	55.440
Bradesco	-	(5.999)	(5.999)	(7.475)	1.476	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(5.487)	(5.487)	(7.453)	1.965	dólar	05/2021	59.032
Citibank	-	(5.725)	(5.725)	(7.463)	1.738	dólar	05/2021	59.032
Bank of America Merrill Lynch	-	(2.587)	(2.587)	(3.721)	1.133	dólar	05/2021	29.516
Citibank	-	(2.779)	(2.779)	(3.729)	950	dólar	05/2021	29.516
Subtotal	116.185	(27.201)	88.983	75.387	13.596			
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:								
Hedge variação de taxa de juros (1)								
Votorantin	255	-	255	(19)	274	CDI	02/2021	135.000
Santander	195	-	195	(14)	209	CDI	02/2021	100.000
Subtotal	450	-	450	(32)	483			
	116.635	(27.201)	89.433	75.354	14.079			
Circulante	6.835	(4.623)						
Não circulante	109.800	(22.578)						
Total	116.635	(27.201)						

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas vide nota 14 e 15.

(1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (nota 14).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Notas Explicativas

<u>Risco protegido / operação</u>	<u>Ganho (Perda)</u>	
	<u>1º Trimestre 2017</u>	<u>1º Trimestre 2016</u>
Varição de taxas de juros	(65)	(57)
Varição cambial	(57.615)	(119.524)
Marcação a mercado	5.315	16.678
	<u>(52.365)</u>	<u>(102.903)</u>

c) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, IPCA, SELIC e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2017 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

<u>Instrumentos</u>	<u>Exposição (a)</u>	<u>Risco</u>	<u>Redução (aumento)</u>		
			<u>Depreciação cambial (b)</u>	<u>Apreciação cambial de 25%(c)</u>	<u>Apreciação cambial de 50%(c)</u>
Instrumentos financeiros passivos	(776.380)		(55.830)	152.222	360.275
Derivativos - swap plain vanilla	794.533		57.136	(155.782)	(368.699)
	18.153	baixa dolar	1.306	(3.560)	(8.424)
Instrumentos financeiros passivos	(185.170)		(16.063)	34.245	84.553
Derivativos - swap plain vanilla	187.591		16.273	(34.693)	(85.659)
	2.421	baixa euro	210	(448)	(1.106)
Total	20.574		1.516	(4.008)	(9.530)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2017 foi de R\$ 3,12 para o dólar e R\$ 3,35 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,35 e R\$ 3,64, e a depreciação cambial de 7,19% e 8,67%, do dólar e do euro respectivamente.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2017 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 12,13% a.a.; TJLP 7,50% a.a., IPCA 4,57% a.a. e SELIC 13,86% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas informações contábeis intermediárias para os próximos 12 meses seria uma despesa financeira líquida de R\$ 102.237 (despesa de CDI R\$ 77.014, TJLP R\$ 8.896, SELIC R\$ 54.097 e receita com IPCA R\$ 37.770). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira líquida seria impactado em:

Notas Explicativas

Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário I (a)	Redução (aumento)	
				Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	789.206		(20.993)	(2.308)	16.376
Instrumentos financeiros passivos	(531.428)		14.136	1.554	(11.027)
Derivativos - swap plain vanilla	(892.690)		23.746	2.611	(18.523)
	<u>(634.912)</u>	alta CDI	<u>16.889</u>	<u>1.857</u>	<u>(13.174)</u>
Instrumentos financeiros passivos	(118.607)	alta TJLP	593	(1.483)	(3.558)
Instrumentos financeiros passivos	(60.207)		229	859	1.490
Ativo financeiro da concessão	886.669		(3.369)	(12.657)	(21.945)
	<u>826.462</u>	baixa IPCA	<u>(3.140)</u>	<u>(11.798)</u>	<u>(20.455)</u>
Ativos e passivos financeiros setoriais	(349.458)		14.607	6.150	(2.306)
Instrumentos financeiros passivos	(40.850)		1.708	719	(270)
	<u>(390.308)</u>	alta SELIC	<u>16.315</u>	<u>6.869</u>	<u>(2.576)</u>
Total	<u>(317.365)</u>		<u>30.657</u>	<u>(4.555)</u>	<u>(39.763)</u>

(a) Os índices de CDI, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 9,47%, 7,00%, 4,19% e 9,68% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.
 (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário I.

(30) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuía no primeiro trimestre de 2017, um valor de R\$ 909 (R\$ 253 no primeiro trimestre de 2016) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição.

(31) EVENTO SUBSEQUENTE

31.1 – Ajuste para reversão do Encargo de Energia de Reserva (“EER”) de Angra III

A ANEEL aprovou por meio da Resolução Homologatória nº 2.214, de 28 de Março de 2017 a republicação das Tarifas de Energia – TE e Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSD, com o objetivo de devolução da previsão do EER da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III). O efeito médio percebido pelos consumidores será negativo de -6,8% (conforme divulgado pela própria ANEEL). As tarifas resultantes desta reversão serão vigentes somente em abril de 2017, no entanto, como o período de leitura do faturamento de cada unidade consumidora não coincide como mês civil, essa redução se dará na receita faturada de abril e maio de 2017, tendo seu impacto diluído entre os dois períodos.

31.2 - Aumento de Capital

Através da AGO/E de 4 de abril de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 4.588, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado em 2016 sem emissão de novas ações.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Companhia Piratininga de Força e Luz

Campinas - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Piratininga de Força e Luz (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 13 de março de 2017 sem modificação. As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, apresentadas para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.6, foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 04 de maio de 2017, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 04 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0